

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS



SESSÃO DE JANEIRO

ATA N.º 1/2023

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS****Ata n.º 1/2023**

1. Aos cinco dias do mês de janeiro do ano dois mil e vinte e três no Fórum Cultural "A Praça", teve lugar uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Vendas Novas, com início às 21 horas e 01 minutos, tendo estado presentes os seguintes membros: Hermínia Maria Viegas Henriques, Aníbal José Serelha Lopes da Silva, Ana Sofia Martins Vaz Rebelo, Paulo Jorge Piteira Campino, Marisa Isabel de Sousa Trigueirão, Daniel dos Santos Cardoso, Maria Clara Cardoso Pereira, Paula Maria S. Guerreiro Rocharte Valentim, Sandra Maria Patuleia Grilo (PS), Maria Manuela Alminhas Passão Moura, João Carlos de Carvalho Branco Perdigão Marquês António Manuel Louro Prata, Sónia Isabel Matias de Carvalho Grulha, Tomás Maria de Sousa Cardoso Marques (PPD/PSD.CDS/PP), Cármen Isabel Tanganho Ramos, José Manuel Batista Leitão Orlando António das Neves Dias (PCP-PEV).
2. A Câmara Municipal esteve representada pelo Vice-Presidente da Câmara Municipal, Valentino Cunha, pelos Vereadores, Ricardo Videira, Luís Matias e Tiago Aldeias e pelo Chefe da DAF, Hélder Fernandes.
3. A **Presidente da Assembleia Municipal**, saúda todos os presentes na Assembleia Municipal, o público presente, todos os Vendasnovenses que estão a ver através do Facebook do Município e apresentou a justificação de ausência enviada pelo Presidente da Câmara Municipal.

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA****Ponto único - Proposta de Demonstrações Previsionais para 2023 (Orçamento, PPI e PAM)**

4. A **Presidente da Assembleia Municipal** apresentou o ponto e colocou-o a discussão dando a palavra ao Vice-Presidente da Câmara Municipal, para fazer a sua introdução.
5. O **Vice-Presidente Câmara Municipal** apresentou o documento referindo que a sua intervenção via passar por dois pontos.
6. O primeiro ponto estava relacionado com o enquadramento do porquê de em janeiro se estar a votar o Orçamento e os documentos Previsionais para 2023, o segundo ponto seria mais de carácter técnico.
7. Informou o que tem vindo acontecer desde novembro (2022), as alterações realizadas nos documentos, o valor do orçamento que será aproximadamente de 16,1 milhões de euros e como se chegou a esse valor.
8. O **Membro João Perdigão** interveio referindo que a sua intervenção seria mais política do que técnica.
9. Sublinhou o facto de o Sr. Vice-Presidente de a Câmara Municipal ter feito a introdução do que aconteceu nos dois orçamentos anteriores.
10. Referiu que existiram negociações em que a Bancada do PPD/PSD.CDS/PP cedeu assim como a Bancada do PS no caso concreto o Executivo da Câmara Municipal, que o orçamento é do PS e que traduz a visão que o PS tem para o concelho e que o

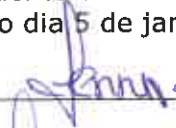
PPD/PSD.CDS/PP tem divergências na visão, na estratégia de como se governa o Município.

11. Informou que existiram quatro vetores para que o PPD/PSD.CDS/PP deixasse passar o orçamento, abstendo-se.
12. Salientou ainda que o PPD/PSD.CDS/PP, não é um partido de protesto e que tem sentido de estado, desta forma, entenderam que era melhor para Vendas Novas e para os vendasnovenses terem um orçamento de 2023 a serem geridos por um orçamento de 2022.
13. Informou que a abstenção da Bancada do PPD/PSD.CDS/PP está centrada em três palavras chave que são: planificação, métricas e monitorização que será realizada com a criação de uma Comissão para avaliação da execução do orçamento.
14. O **Membro José Leitão** interveio apresentado as linhas pelas quais a Bancada do PCP-PEV, iria votar. **(Anexo1/23)**
15. O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** esclareceu a Bancada do PPD/PSD.CDS/PP referindo que é um orçamento apresentado pelo executivo do PS, mas com as cedências existe um "cheirinho" do PSD lá incluído
16. Informou que em relação à intervenção da Bancada do PCP-PEV, não conseguiu apontar todos os pontos.
17. Esclareceu o porquê de os projetos terem a execução e a revisão, que a requalificação dos passeios é uma realidade, da contratação de serviços para pequenos trabalhos,
18. Esclareceu o assunto dos parques de estacionamento, do jardim de infância na Escola dos Campos da Rainha, do projeto de ampliação do estádio municipal, da loja do cidadão, do encerramento dos serviços, da requalificação de escolas, da imigração, da requalificação dos edifícios municipais, do planeamento do Plano Pormenor e da revisão do PDM.
19. O **Membro José Leitão** interveio referindo que os esclarecimentos realizados pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara teriam sido "simpáticos" se tivessem vindo no relatório.
20. Referiu que na preparação do documento para 2024, o executivo deveria falar com os restantes partidos sobre a estrutura do documento e que só não acompanha a execução quem não quiser.
21. Esclareceu o porque da Bancada PCP-PEV ir votar contar o documento.
22. O **Vice-Presidente da Câmara Municipal**, esclareceu que o executivo está sempre a aprender e disposto para melhorar as coisas.
23. Referiu que o executivo faz o seu melhor trabalho sempre que possível em todos os domínios da sua ação e que estará sempre disponível a negociar com ambas forças partidárias e espera a mesma abertura.
24. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o 1.º ponto à votação, tendo sido deliberado, por **maioria**, com 9 votos a favor (9 do PS), 2 votos contra (PCP-PEV) e 5 abstenções (PPD/PSD.CDS-PP), **aprovar** a Proposta de Demonstrações Previsionais para 2023 (Orçamento, Normas de Execução, PPI e PAM).
25. O **Membro José Leitão** apresentou como declaração de voto da Bancada do PCP-PEV o Anexo 1/23 apresentado a quando a sua intervenção na discussão do ponto.
26. O **Membro Aníbal Silva**, apresentou uma declaração de voto da Bancada do PS. **(Anexo 2/23)**

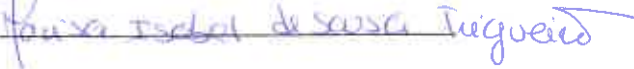
**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

27. Neste período não se registou qualquer intervenção do público presente na sessão.
28. Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida, votada e aprovada, por **unanimidade**, a **minuta** da ata, tendo a Presidente da Assembleia Municipal dado por encerrada quando eram 21 horas e 59 minutos do dia 5 de janeiro de 2023.

A Presidente da Assembleia



A 1.ª Secretária da Assembleia



# ANEXOS

A. J.



**DECLARAÇÃO DE VOTO DOS ELEITOS DA CDU  
SOBRE A PROPOSTA DE DEMONSTRAÇÕES  
PREVISIONAIS (ORÇAMENTO, PLANO PLURIANUAL  
DE INVESTIMENTOS E PLANO DE ATIVIDADES  
MUNICIPAL) DO MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS  
2023**

Em relação à Proposta de Demonstrações Previsionais apresentada, os eleitos da CDU consideram o seguinte:

No respeitante ao Relatório, a sua Introdução/Enquadramento Político e Social parecem-nos uma manta de retalhos, dificultando o cruzamento entre o texto e as ações e projetos do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e Plano de Atividades Municipal (PAM).

Não acompanhamos o mesmo quando se afirma que a seguir à pandemia, se é que ela já terminou, se deu uma guerra, responsável pela crise económica. Todos sabemos que a inflação surge meses antes da guerra numa escalada especulativa do capital, pelo que falar só dos últimos 9 meses é deturpar a realidade. Esta ideia perpassa toda a Introdução / Enquadramento Político e Social.

Quanto se aborda a revisão de preços das obras (5º parágrafo, página 2), consideramos que a colocação do adjetivo excessiva faria todo o sentido.

Não acompanhamos a expressão do último parágrafo da página 2 onde se atribui a atual situação ao conflito internacional.

Na página 4 diz-se que houve projetos adiados de 2022 para 2023, mas não se identificam.

Na página 5, 1º parágrafo, lê-se que "a inflação acrescenta novas dificuldades à gestão orçamental das famílias" mas também se lê que se espera que "a economia consiga ser capaz de manter os níveis de produção e consumo, e por consequência de emprego" como se não estivéssemos a assistir já a um empobrecimento generalizado da população portuguesa, agravado por aumentos salariais inferiores à inflação real e aumentos das reformas e pensões aprovados pelo atual Governo do PS ilegais, pois o Governo não cumpriu a Lei.

No 2º parágrafo, não houve a preocupação de o atualizar pois já não existe qualquer incerteza resultante dos aumentos dos salários dos trabalhadores da Administração Local, enquadrados no acordo de concertação social assinado pelo Governo em outubro.

Não subscrevemos auto-elogios como os do último parágrafo da mesma página, ainda por cima lembrando-nos do relatório de atividades da Associação de Municípios para a

Gestão da Água Pública (AMGAP) apresentado a esta Assembleia Municipal, nem loas à conquista de fundos e aos investimentos futuros de capital importância, sem os identificar concretamente.

No título “Verbas não definidas” e “Uso do Saldo Transitado” são-nos apresentados para o PPI e para o PAM um conjunto de itens com verbas que não identificam os projetos a que dizem respeito. Será isto o que consideram rigor e transparência?

Quanto ao carácter marcadamente plurianual deste Orçamento é de referir que quase 50 % dos projetos inseridos no PPI, não têm verbas para além de 2023.

Na página 9, ponto 2, por pressão da CDU, salientamos a abertura para negociar com o Ministério da Defesa os prédios devolutos que são sua propriedade, depois de respostas ao mesmo assunto que o davam como encerrado.

No ponto 3 fala-se em proceder em 2023 à execução do projeto técnico do Loteamento do Foro Perdido, na Afeiteira, e que o mesmo será concluído em 2024. No entanto, no PPI a execução do projeto técnico só tem verbas para 2023.

Na página 10, fala-se em dois planos, ponto 1 e 2, mas pouco se adianta sobre os mesmos, para além, de um conjunto de generalidades e valores. No último parágrafo do ponto 2 o valor de 2.000 deve ser 20.000.

No ponto 4, página 11, ficamos sem perceber se é a Câmara ou a GESAMB que vai adquirir as novas baterias de Ecopontos e caso seja a Câmara, qual a razão?

No ponto 7, página 12, como é que se pode afirmar que irão ser atribuídas Isenção das taxas de deposição de resíduos seletivos no Ecocentro de Vendas Novas, quando tal não está previsto em Regulamento e terá que ser aprovado pela Câmara e Assembleia Municipais.

Na alínea D, ponto 1 diz-se que em 2023 será realizada a conclusão do projeto da Requalificação do Espaço Público do Núcleo Consolidado de Vendas Novas, prevendo-se a conclusão do projeto e sua revisão. Pergunta-se: conclui-se o projeto e imediatamente se revê?

No ponto 2, da mesma alínea escreve-se que no próximo ano se irá proceder à requalificação de passeios pelo Concelho, após a execução em 2022 de toda a área entre o Bairro Zeca Afonso e o Bairro 1º de Maio. Para além de estarmos perante um exagero completamente absurdo e uma redonda mentira pergunta-se: como se poderia executar tanto passeio se até novembro de 2022 se gastou nesta atividade 32.040,72 euros dos 230.000 previstos? Ou conseguiu-se executar com um custo de empreitada reduzidíssimo ou não se fez nada do previsto. É caso para dizer que a mentira tem perna curta!

No ponto 5 diz-se que ao longo do ano 2023 serão desenvolvidos trabalhos no âmbito de um plano de manutenção e conservação da rede viária do Município ou seja, escrever isto ou nada é quanto a nós a mesma coisa pois não se conhece qual o plano de manutenção a que se referem e quais os trabalhos a executar ao abrigo do dito.

Nos pontos 4 e 5 deparamo-nos com mais estudos, desta vez do parque de estacionamento junto à CP, já se fala nele à anos, e do parque de veículos pesados que também se fala dele à anos e para o qual a CDU já avançou com uma solução.

Na página 14, ponto 1, está escrito que “Adquiriremos também, através de empréstimo bancário, um imóvel para ser o espaço onde sediaremos os Julgados de Paz do Alentejo Central que começarão a ser uma realidade, após acordo entre todas as Câmaras Municipais do Alentejo Central na CIMAC”. Que Acordo é este que esta Assembleia desconhece e que empréstimo bancário é este que a Assembleia ainda não autorizou?

No ponto 8, página 17, lê-se que na escola dos Campos da Rainha foram feitas obras de adaptação e melhoria na escola, embora continuem por ser corrigidas algumas necessidades, nomeadamente a substituição das caixilharias da escola, melhorando o conforto das salas. Será que esta obra é para ser realizada em 2023? É que no PPI a verba prevista para a requalificação de edifícios escolares é de 1.000 euros e nada é referido em relação ao reforço da ação através do saldo.

No ponto 2 da mesma página, voltamos a encontrar a expressão “pagamento do projeto técnico e revisão de projeto” em relação à requalificação do Centro Sócio-cultural. Mas paga-se um projeto e ele imediatamente é revisto?

Em relação às Comemorações do 50º Aniversário do 25 de Abril, consideramos que tendo em atenção a importância que o concelho de Vendas Novas teve na revolução, nomeadamente através da participação dos militares da Escola Prática de Artilharia na mesma, urge avançar com um plano de comemorações que dignifique o tão importante 50º aniversário, sendo ontem já tarde para se iniciar o trabalho de preparação, avaliação e definição do conteúdo das citadas Comemorações.

No ponto 2 da página 18, novamente “Será concluído e revisto o projeto técnico de requalificação do Pavilhão Municipal...”.

Ainda no ponto 2 lê-se que “iremos ainda, no que diz respeito ao Estádio Municipal, proceder à conclusão do projeto de ampliação”, projeto esse que era para ser executado em 2022, tinha definida a verba de 21.600 euros, executou-se 7.149,44 e agora em 2023 passou para 45.000 euros. Pergunta-se: que projeto de ampliação é este?

Na página 19, ponto 3, aparecem as iniciais SBV-DAE não se escrevendo os respetivos nomes, ficando-se assim sem saber a que se referem.



Por fim, nas “EXIGÊNCIAS NO PLANO NACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO CONCELHO”, página 21, não percebemos como é que se vai fazer a conciliação entre a Loja do Cidadão e a manutenção, melhoria dos, Serviço de Finanças, Segurança Social e Conservatória, pois aquilo que tem acontecido é que onde se instala uma Loja do Cidadão, os serviços desconcentrados do Estado encerram.

Como se concilia a reivindicação ao Governo de investimento nas escolas EB1 e Secundária de Vendas Novas, quando a Câmara Municipal assume, página 16, canalizar verbas para avançar com o projeto de requalificação e ampliação das escolas EB1 e da Secundária de Vendas Novas, para posterior candidatura a fundos comunitários ou financiamento do Estado.

No respeitante à imigração consideramos que o reforço da fiscalização pelo ACT é importantíssima, face às infelizes realidades que temos vindo a constatar no país.

Quanto ao Plano Plurianual de Investimentos oferece-nos dizer o seguinte:

Em 2023 o PPI apresenta 66 projetos, contra 39 no PPI inicial de 2022 e 48 em 30 de novembro de 2022.

As verbas definidas em 2023 são de 3.791.778,00 euros, não definidas de 4.100.000,00 euros ou seja um total de 7.891.778,00.

Em 2022 as verbas definidas foram de 4.478.800,00 euros, as não definidas de 2.600.000,00 euros ou seja um total de 7.074.800,00.

Até 30 de Novembro de 2022 as verbas definidas do PPI eram de 6.228.705,43 e tinham sido executados 3.031.425,34 euros ou seja 48,67%

Concluindo o executivo municipal em 2022 aumentou o número de projetos a realizar em PPI ao longo do ano, aumentou a sua verba definida em cerca de 2 milhões de euros, mas no entanto tem uma execução inferior a 50% e inferior ao valor do PPI inicial.

Para 2023 aumenta o número de projetos e reduz a verba definida. Podemos dizer então que a capacidade do executivo municipal em concretizar os projetos é reduzida, prevendo-se que para 2023 a situação se agrave, face ao aumento inicial do número de projetos e o valor total inscrito no PPI.

Para corroborar esta ideia, relembremos o que se escreve no relatório: “De salientar que 2023 será um ano marcado pelo encerramento do Alentejo 2020, pelo período de aceleração do PRR, mas também pelo arranque do Alentejo 2030, cujo teor e modo de gestão ainda não é claro, nem conhecido, mas que consubstanciará um conjunto importante de oportunidades para a materialização do atual Plano Plurianual de

Investimentos, que perante esta incerteza é inferior ao apresentado em 2022.” Inferior em verbas definidas em 687.002,00 euros, ou seja pouco mais que 15%. Aguardemos!

O projeto I1 2022 “Requalificação de Edifícios Municipais” apresenta para 2023, 6566 euros definidos e 300.000 não definidos Em 2022 apresentava 10.000 definidos e 250.000 não definidos, tendo sido executado até novembro de 2022, 4.821,60.

O projeto I2 2022 “Julgado de Paz”, apresenta uma verba de 400.000 euros não definida, 300.000 em 2022 e até novembro nada foi feito.

O projeto I3 2022 “Loja do Cidadão”, já se arrasta pelos orçamentos desde 2017.

O projeto I7 2022 “Modernização Administrativa” vê-se reforçado para 40.000 euros definido e 50.000 não definido, contra 16.000 em 2022, mas nada é explicado do porquê do reforço do projeto e qual ou quais as modernizações a levar a efeito.

O projeto I8 2022 “Requalificação de Edifícios Escolares- Pré-Escolar”, tem 1.000 euros, verba que é insuficiente para a manutenção mínima dos edifícios quanto mais para as melhorias que se pretendem realizar na Escola dos Campos da Rainha

O projeto I10 2022 “Aquisição de Equipamentos – 1º ciclo”, a verba parece-nos francamente diminuta, 2.000 euros, tendo em atenção o que se gastou em 2022, 10.724,34.

O projeto I17 “Aquisição de Edifícios ao Ministério da Defesa”, apresenta uma verba de 250.000 não definida, e encontra-se em PPI devido à persistência da CDU em que o executivo municipal continue o processo negocial com o Governo para a aquisição das habitações devolutas.

O “Plano de Urbanização da Cidade de Vendas Novas”, projeto I23 de 2014, é um projeto que era para estar concluído em 2018, e que se arrasta pelos orçamentos municipais anuais, pois nem em 2022 nem em 2023 é um projeto plurianual, tendo definida uma verba de 43.500 para 2023 e sido gasto até à data 15.986,93 euros.

Outro projeto antigo é o da “Revisão do PDM”, I13 2018, que devia ter ficado concluído este ano, e que volta a aparecer em 2023 com 44.600 euros, verba definida, depois de um gasto total de 93.930,44.

Os projetos I14 e I15 de 2021, respetivamente “Revisão do Plano de Pormenor do Parque Industrial e Revisão do Plano de Pormenor da Entrada Sul” eram para ter ficado concluídos em 2022, pois não apresentavam verbas para 2023, mas voltam a aparecer em 2023 com 21.897,00 definidos e 22.000 não definidos.

O Projeto I14 2016, “Requalificação do Espaço Público do Núcleo consolidado de Vendas Novas” que em 2022 apresentava uma verba definida de 61.000 euros e nos três anos seguintes de 4.500.000 euros, para 2023 apresenta uma verba definida de 112.000 euros sem se saber em quê, e não apresenta mais verbas para os anos seguintes.

O projeto I12 2022 “Requalificação Urbana da Avenida Marechal Craveiro Lopes e Zonas Adjacentes”, chegou a ter uma verba inscrita de 656.600 euros em 2022, não tendo sido executado nada, tendo este ano definido 1.735.000 euros, para ser executado. Será verdade?

O projeto I19 2023 “Projeto de Requalificação da Zona da Boavista”, que vem de 2016, só em 2024 será iniciado.

O projeto I20 2023 “Projeto de Loteamento do Foro Perdido” só tem verba para 2023, apesar de no relatório se referir 2024.

O projeto I14 2022 “Renovação e ampliação da rede de Esgotos” não apresenta até novembro de 2022 qualquer execução e para 2023 só tem inscrito 5.000, o que é preocupante face à necessidade de manutenção das infraestruturas municipais

O projeto I15 2022 “Renovação e ampliação da rede de águas” apresenta 5.000 euros, quando se previu uma despesa em 2022 no montante de 50.000 euros, demonstrando assim o desfasamento das necessidades e do orçamento.

Os projetos I8, I11, I18, são Planos, mas no Relatório pouco ou nada se consegue saber sobre eles, sendo assim uma incógnita.

O projeto I17 2022, “Requalificação de Edifícios Culturais”, apesar de ter 15.000 euros em 2022 não teve qualquer execução e para 2023 não tem verba prevista, o que significa que os espaços culturais do Concelho continuarão a degradar-se devido à falta de manutenção. Praticamente o mesmo se passa com o projeto I19 2022 Requalificação de Equipamentos Desportivos em que a verba prevista para este ano é de 5.000.

O projeto I18 de 2022, “Requalificação do Centro Sócio-Cultural e Envolvente”, era para ter sido executado durante 2022 (28.600 euros), não se prevendo verbas para 2023, mas nada foi feito, aparecendo este ano com o valor de 35.000 euros

Os projetos de 2022, I20 – “Requalificação do Pavilhão Municipal” e I21 – “Ampliação do Estádio Municipal”, tinham em 2022 21.600 euros e eram para ser executados em 2022, pois não previam verbas para os anos seguintes, executaram pouco mais de 7.000 euros cada um e transitaram para 2023 com mais do dobro da verba prevista inicialmente, 40.000 euros, sem que se justifique o porquê de tal facto.

O projeto I29 de 2022, "Requalificação de Passeios em Vendas Novas", não tem verba inscrita em 2023. Apesar de na página 12 do Relatório estar escrito que se irá, em 2023, proceder à "requalificação de Passeios pelo Concelho". Sabe-se que em todas as localidades do Concelho há ruas com passeios por construir e requalificar. Por isso, é triste que a maioria da Câmara não se tenha preocupado, nos últimos 3 mandatos autárquicos, com as pessoas e famílias do nosso Concelho cujos passeios estão por construir e requalificar.

Na "Requalificação e Conservação da Rede Viária", projeto I35 2018, a verba inscrita é apenas de 2.500 euros, o que diz bem do que irá ser feito ao longo do ano 2023 no âmbito de um plano de manutenção e conservação da rede viária do Município, do desconhecimento desta Assembleia Municipal, conforme se lê na página 17 do Relatório. Para agravar a situação, não se percebe que não estejam previstas verbas para serem utilizadas nos anos de 2024, 2025, 2026 e 2027.

O projeto I36 de 2022, "Aquisição e Reparação de Equipamento e Maquinaria", que não constava do PPI inicial de 2022, prevê uma verba definida de 120.000 euros mas não se consegue identificar para que efeito é a mesma.

O "Projetos de Iniciativa Intermunicipal", I25 de 2022, tem 8.000 euros de verba definida mas não se sabe qual ou quais são os projetos e o seu conteúdo

Sai do PPI em 2023, o projeto I13 2022, Construção de Passeios na Afeiteira – 1ª fase. Não vai haver 2ª fase, perguntamos?

Ultima nota: só 3 dos 66 projetos do PPI são para ser executados por Administração Direta do Município, num valor total de 5.000 euros.

Em relação ao Plano de Atividades Municipais, tinha no início de 2022, 57 ações, em 30 de Novembro, 73, e para 2023 mantém as 73 ações.

Quanto a verbas tinha no início de 2022, 1.605.232,00 euros definidos e 2.000,00 não definidos, num total de 1.607.232,00 euros, em 30 de Novembro 1.919.524,42, com 78,35% executado, e para 2023 tem 2.344.257,00 de verba definida e 157.500,00 de verba não definida, num total de 2.501.757,00.

Assistimos assim aquilo que tem sido uma característica da gestão PS na Câmara, que é praticar uma gestão baseada em atividades e não em investimentos ou seja assegurar uma gestão corrente da Câmara, que este ano é reforçada em quase mais 1.000.000,00 de euros.

Pelo atrás descrito, ressalta que na elaboração das Demonstrações Previsionais (Orçamento, PPI e PAM) de 2023, não foram respeitados e cumpridos nomeadamente

princípios do planeamento, da programação, do rigor, da transparência, da clareza e de regras e normas legais, como tem acontecido em anos anteriores.

Apesar da irresponsabilidade de alguns responsáveis pelo futuro do Concelho, que tomam posições e atitudes com que não nos identificamos, demonstrando assim o seu carácter, os eleitos da CDU consideram estar em condições de, responsabilmente, poderem dizer que votamos contra o documento das Demonstrações Previsionais (Orçamento, PPI e PAM) de 2023, porque, apesar de haver medidas e projetos com que concordamos, não são cumpridos princípios do planeamento, da programação, do rigor, da transparência, da clareza e de regras e normas legais, assistindo-se assim uma vez mais a um orçamento de gestão corrente, como todos os do Partido Socialista, desde que chegou à gestão da Câmara Municipal.

Afirmamos que iremos continuar a trabalhar, a lutar e a agir, no exercício das nossas funções autárquicas, para as quais somos eleitos democraticamente pelos eleitores do nosso Concelho, defendendo e exigindo que os dinheiros e restantes recursos da Câmara Municipal de Vendas Novas sejam sempre e apenas utilizados e gastos em benefício da resolução dos problemas existentes, do bem-estar e de uma vida melhor para as populações do nosso Concelho e não para promover alguns eleitos, pessoas e instituições.

Vendas Novas, 5 de Janeiro de 2023

A bancada da CDU na Assembleia Municipal de Vendas Novas



Anexo 2/202

### Declaração de voto

Reunida hoje, dia 5 de Janeiro de 2023, a Assembleia Municipal de Vendas Novas, tendo como ordem de trabalho o ponto único de Proposta de Demonstrações Previsionais para 2023 (Orçamento, PPI e PAM ).

Feita a apresentação e discussão da referida proposta, a Bancada do Partido Socialista votou favoravelmente à proposta, atendendo a:

- considerarmos estar perante uma proposta credível, de contas certas, um orçamento realista e exequível;

- que as propostas de Orçamento, PPI e PAM, à semelhança de outros anos, foram elaboradas tendo como principal preocupação a melhoria das condições de vida dos nossos munícipes e do nosso território.

Este é um Orçamento que reforça os apoios sociais, aumenta as ajudas ao associativismo local, investe no concelho, garante a manutenção de infraestruturas e projecta e planeia Vendas Novas para o futuro.

Atendendo a que estamos perante um Orçamento e documentos previsionais para 2023 que não refletem as propostas originais do Partido Socialista, mas que incorporam em si alterações propostas pela oposição, queremos salientar o trabalho incansável do Executivo Camarário, que não baixou os braços e desenvolveu todos os esforços para ultrapassar o impasse orçamental que vivemos, agradecendo também aos trabalhadores do Município pelo seu trabalho incansável para conseguirmos chegar à versão final das presentes Demonstrações.

O Partido Socialista está e estará sempre do lado da solução e do diálogo e ao lado da população de Vendas Novas.

A Bancada do Partido Socialista,

5 de janeiro de 2023